

CONSUMIDOR

R\$ 19,2 bi em tributos pesam na conta de luz

Governo embute uma série de encargos nas faturas mensais. A maioria nem sequer sabe o que está pagando e para onde vai o dinheiro

» SÍLVIO RIBAS

A conta de luz vai ficar mais cara em 2012, mas quase metade (45%) do valor a ser pago em média pelo consumidor não será eletricidade, mas tarifas disfarçadas por meio de siglas que a grande maioria da população sequer sabe que o que significa e para o que serve. As empresas do setor calculam que esses encargos totalizarão R\$ 19,2 bilhões neste ano, um salto de 7,9% em relação a 2011. Em tese, tais penduricalhos deveriam ser usados para investimentos que evitassem o colapso no fornecimento de energia e estimulassem a inovação tecnológica. Boa parte desses recursos, porém, acaba servindo à meta de superavit primário — economia de gastos do governo para pagar juros da sua dívida — e

até para cobrir perdas de receita tributária dos estados do Norte.

As entidades que representam distribuidores, grandes consumidores e agentes do mercado reclamam ano após ano das pesadas **cobranças** e das limitações aos investimentos. “A tarifa de energia é a forma mais fácil e garantida de arrecadar impostos. Cabe à sociedade pressionar para garantir a aplicação esperada das verbas arrecadadas e ainda impedir a criação de novas taxas”, diz Nelson Leite, presidente da Associação Brasileira das Distribuidoras de Energia Elétrica (Abradee).

Segundo ele, enquanto o peso dos encargos aumenta na conta da luz, a participação das companhias do setor na conta recua — está hoje em 24%. O percentual chega a ficar abaixo do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), cobrado por governos estaduais e que varia de 21% a 30% da fatura imposta aos consumidores. “Além de limitar os gastos com infraestrutura pelo próprios agentes, a montanha de recursos obtidos também não chega ao destino esperado”, sublinha.

Um exemplo é a taxa de fiscalização, com impacto de 0,28% sobre a conta de luz e destinado à Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel). Apesar dos R\$ 465

Muitas críticas

Cálculos do Instituto Acende Brasil mostram que os consumidores pagaram R\$ 63,5 bilhões em 2011 com 12 tributos e 11 encargos setoriais embutidos na conta de luz. Do valor estimado por uma consultoria com base nos dados de empresas, 26% foram destinados à geração, 5% ficaram com a transmissão e 45% para os cofres públicos (federal, estadual e municipal). “É uma cobrança perversa, porque não se trata de algo supérfluo”, comenta Cláudio Sales, presidente da entidade. Ele cita como “algo que não deveria existir mais” a Reserva Global de Reversão (RGR), encargo previsto para acabar em 2010, mas foi renovado por mais 25 anos via medida provisória.

milhões arrecadados em 2011, o órgão gastou efetivamente cerca de R\$ 150 milhões, graças aos cortes orçamentários. O último relatório de prestação de contas da Aneel lista queixas em razão das

limitações, incluindo adiamento da contratação de 186 servidores prevista em 2010.

“Como o setor elétrico é organizado e chega a quase todos brasileiros, o Estado se aproveita para fazer dele a galinha dos ovos de ouro. Isso explica a razão pela qual o poder público centraliza na área a cobrança excepcional de impostos e encargos, para engordar o Tesouro”, reclama Maurício Corrêa, diretor de Relações Institucionais da Associação Brasileira dos Comercializadores de Energia (Abraceel). Para o executivo, ainda falta muito para tornar a equação mais justa. “Não se justifica que a carga tributária do setor, incluindo encargos, ultrapasse a metade do valor da conta”, ressalta.

A falta de transparência dificulta até o cálculo das empresas dos valores arrecadados e que são revertidos ao setor. “O grande problema dos encargos, além do custo maior da tarifa para os consumidores, é não deixar claro quanto se ganha e se aplica”, destaca Fernando Umbria, assessor da Associação Brasileira de Grandes Consumidores Industriais de Energia e de Consumidores Livres (Abrace). “Jogamos dinheiro no lixo ao não se buscar eficiência”, acrescenta.

Punição

A tarifa branca fixa três níveis de cobranças diferenciadas. A primeira prevê taxa mais cara para o consumo no horário de pico. A segunda cobra pelo uso da energia em horário intermediário — uma hora antes e uma hora depois do horário crítico. A terceira e mais barata privilegia quem consome fora dos horários de ponta e intermediário. A definição dos horários de ponta deverá ser proposta à Aneel. As companhias terão de escolher três horas seguidas entre 17h e 22h.

Ameaça a mudanças

As **concessionárias** de eletricidade se preparam para questionar na Justiça as mudanças nas contas de luz, anunciadas recentemente pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) e que permitem descontos conforme o horário preferencial de consumo, a exemplo do que já ocorre na telefonia.

As empresas consideram as novidades trazidas pela revisão tarifária como penas excessivas e ameaças à viabilidade de seu

negócio. O presidente da Associação Brasileira dos Distribuidores de Energia Elétrica (Abradee), Nelson Leite, diz que a chamada tarifa branca não permite a melhoria de qualidade dos serviços e ainda prejudica a expansão do atendimento.

“Consideramos que há dupla punição sobre as concessionárias de energia quando elas sofrem a aplicação de multas e de perda de receita pela mesma razão”, afirma Leite.

»» Choque no bolso

Siglas penduradas na conta de luz escondem pesados encargos

Ano	Valor (Em R\$ bilhões)
2003	6,37
2004	8,17
2005	9,10
2006	10,88
2007	10,04
2008	13,84
2009	13,12
2010	17,08
2011	17,84
2012	19,20

PRINCIPAIS ENCARGOS

Conta de Consumo de Combustíveis (CCC)

Cobrada para cobrir custos de geração térmica dos sistemas isolados da Região Norte. Em 2012, deve render mais de R\$ 6 bilhões.

Encargo de Serviços do Sistema (ESS)

Cobre a geração térmica associada a gargalos de transmissão e segurança energética. Em 2012, o ESS deve somar mais de R\$ 1,1 bilhão.

Reserva Global de Reversão (RGR)

Com mais de R\$ 1,6 bilhão arrecadado por ano, deveria acabar em dezembro de 2010, mas foi prorrogado por 25 anos em medida provisória.

Programa de Incentivo a Fontes Alternativas (Proinfa)

Deve passar de R\$ 2,25 bilhões em 2012 graças à entrada em operação de empreendimentos e reajustes de preços.

Conta de Desenvolvimento Energético (CDE)

Criada em 2002 para promover e diversificar a matriz elétrica e universalizar o serviço, deve atingir R\$ 3,7 bilhões em 2012.

Taxa de Fiscalização de Serviços (TFSEE)

É fixada anualmente pela Aneel e recolhida mensalmente por todos os agentes que atuam no setor. Deve passar de R\$ 430 milhões este ano.

Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos (CFURH)

Paga para municípios e estados e vem incluída no preço da energia. Deve somar R\$ 2,1 bilhões em 2012.

Energia de Reserva

Valor cobrado para estimular a preservação do armazenamento de água nos reservatórios das hidrelétricas enquanto outras fontes atuam. Deve passar de R\$ 500 milhões este ano.

NO MUNDO (Em %)

O Brasil tem um das maiores cargas tributárias sobre a eletricidade

Dinamarca	55,7
Alemanha	31,9
Noruega	26,1
Suécia	25,1
Brasil	23,0
Portugal	21,5
Reino Unido	18,8
EUA	11,8
Rússia	8,9
China	7,2
Argentina	5,1
Índia	5,0

Fontes: Associação Brasileira dos Comercializadores de Energia (Abraceel) e Associação Brasileira das Distribuidoras de Energia Elétrica (Abradee)



Empresários dizem que taxas extras da eletricidade são perversas, pois não se trata de um serviço supérfluo

Governo embute uma série de encargos nas faturas mensais. A maioria nem sequer sabe o que está pagando e para onde vai o dinheiro

SÍLVIO RIBAS

A conta de luz vai ficar mais cara em 2012, mas quase metade (45%) do valor a ser pago em média pelo consumidor não será eletricidade, mas tarifas disfarçadas por meio de siglas que a grande maioria da população sequer sabe que o que significa e para o que serve. As empresas do setor calculam que esses encargos totalizarão R\$ 19,2 bilhões neste ano, um salto de 7,9% em relação a 2011. Em tese, tais penduricalhos deveriam ser usados para investimentos que evitassem o colapso no fornecimento de energia e estimulassem a inovação tecnológica. Boa parte desses recursos, porém, acaba servindo à meta de superavit primário - economia de gastos do governo para pagar juros da sua dívida - e até para cobrir perdas de receita tributária dos estados do Norte.

As entidades que representam distribuidores, grandes consumidores e agentes do mercado reclamam ano após ano das pesadas cobranças e das limitações aos investimentos. "A tarifa de energia é a forma mais fácil e garantida de arrecadar impostos. Cabe à sociedade pressionar para garantir a aplicação esperada das verbas arrecadadas e ainda impedir a criação de novas taxas", diz Nelson Leite, presidente da Associação Brasileira das Distribuidoras de Energia Elétrica (Abradee).

Segundo ele, enquanto o peso dos encargos aumenta na conta da luz, a participação das companhias do setor na conta recua - está hoje em 24%. O percentual chega a ficar abaixo do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), cobrado por governos estaduais e que varia de 21% a 30% da fatura imposta aos consumidores. "Além de limitar os gastos com infraestrutura

pelo próprios agentes, a montanha de recursos obtidos também não chega ao destino esperado", sublinha.

Um exemplo é a taxa de fiscalização, com impacto de 0,28% sobre a conta de luz e destinado à Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel). Apesar dos R\$ 465 milhões arrecadados em 2011, o órgão gastou efetivamente cerca de R\$ 150 milhões, graças ao cortes orçamentários. O último relatório de prestação de contas da Aneel lista queixas em razão das limitações, incluindo adiamento da contratação de 186 servidores prevista em 2010.

"Como o setor elétrico é organizado e chega a quase todos brasileiros, o Estado se aproveita para fazer dele a galinha dos ovos de ouro. Isso explica a razão pela qual o poder público centraliza na área a cobrança excepcional de impostos e encargos, para engordar o Tesouro", reclama Maurício Corrêa, diretor de Relações Institucionais da Associação Brasileira dos Comercializadores de Energia (Abraceel). Para o executivo, ainda falta muito para tornar a equação mais justa. "Não se justifica que a carga tributária do setor, incluindo encargos, ultrapasse a metade do valor da conta", ressalta.

A falta de transparência dificulta até o cálculo das empresas dos valores arrecadados e que são revertidos ao setor. "O grande problema dos encargos, além do custo maior da tarifa para os consumidores, é não deixar claro quanto se ganha e se aplica", destaca Fernando Umbria, assessor da Associação Brasileira de Grandes Consumidores Industriais de Energia e de Consumidores Livres (Abrace). "Jogamos dinheiro no lixo ao não se buscar eficiência", acrescenta.

Muitas críticas

Cálculos do **Instituto Acende Brasil** mostram que os consumidores pagaram R\$ 63,5 bilhões em 2011 com 12 tributos e 11 encargos setoriais embutidos na conta de luz. Do valor estimado por uma consultoria com base nos dados de empresas, 26% foram destinados à geração, 5% ficaram com a transmissão e 45% para os cofres públicos (federal, estadual e municipal). "É uma cobrança perversa, porque não se trata de algo supérfluo", comenta **Claudio Sales**, presidente da entidade. Ele cita como "algo que não deveria existir mais" a Reserva Global de Reversão (RGR), encargo previsto para acabar em 2010, mas foi renovado por mais 25 anos via medida provisória.